

Receita Federal quer acabar com destinação indevida dos cruzados

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

A Secretaria da Receita Federal (SRF) procura a forma de acabar com os "vazamentos" detectados nas operações de conversão da dívida externa e que permitem que os cruzados não sejam destinados ao objetivo principal do investimento produtivo mas a outros tipos de aplicação.

Além da via do mercado paralelo do câmbio, pela qual os cruzados gerados com a conversão informal são remetidos na forma de moeda estrangeira para fora do País, também estão sendo realizadas aplicações no mercado aberto e nos fundos de curto prazo, como forma de "limpar" o dinheiro da conversão. A preocupação da Receita Federal não se restringe só à conversão informal mas também à conversão formal, e a secretaria pretende exercer um monitoramento mais estreito sobre o destino dos cruzados obtidos junto ao Banco Central (BC), para dívidas vencidas, exigindo a apresentação do boletim da subscrição de ações da empresa apontada como a receptora do investimento dentro do País.

TAXAR O PRODUTO

Se o dinheiro tiver outro destino que não o investimento, a idéia é taxar o produto da conversão. A taxa recairia sobre o "dono do dinheiro", conforme explicou a este jornal uma fonte categorizada do Ministério da Fazenda. O chamado "dono do dinheiro" pode ser o credor ou o seu preposto, ou o cessionário formal.

No caso da conversão informal, a introdução da penalidade precisa ser precedida pela obrigatoriedade do devedor — que antecipa a quitação da dívida — depositar o cheque do pagamento em conta bancária. A intenção é obrigar o depósito em conta de estrangeiro não residente no País, medida que tornaria identificados para o BC tanto o nome de quem está pagando quanto o de quem está recebendo.

A retirada dos recursos em depósito na conta bancária seria taxada sempre que o receptor não conseguisse provar que aplicou o dinheiro em investimento produtivo dentro do País. Desse modo, além do caráter fiscal e moral da medida, o governo estaria apropriando-se de parte do desconto que privilegia as operações de conversão informal.

"Queremos amarrar a conversão informal com a pessoa jurídica devedora, dizendo que qualquer obrigação que tenha em moeda estrangeira no Brasil, só pode ser paga mediante depósito junto à instituição bancária", indicou a fonte do Ministério da Fazenda, esclarecendo que o objetivo do governo não é inibir a conversão informal, mas atuar de maneira a deixar claro que não está sancionando uma porta para "vazamentos" que provocam pressão sobre o mercado paralelo de câmbio, além da evasão de ordem fiscal.

O devedor que não cumpri-se com a determinação do depósito do cheque em conta bancária do receptor estaria também sujeito a uma penalidade. Imagina-se em taxá-lo com alíquota de cerca de 25%. Mas a Receita Federal encontra dois problemas pela frente e que busca contornar: precisa definir o fato gerador do imposto e que não pode ser o pagamento do empréstimo externo e, além disso, precisa descobrir também que tipo de imposto seria criado. Havia a intenção de criar um Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), mas a legislação só permite que esse tipo de imposto seja introduzido para vigência no exercício fiscal seguinte.

"Estamos procurando alternativas", revelou a fonte do Ministério da Fazenda. Entre elas, conforme este jornal apurou, existe a possibilidade de obrigar o devedor a realizar uma operação de fechamento de compra de câmbio junto a um banco em operação casada com operação de venda de câmbio ao credor, seu preposto ou ao cessionário. A operação passaria pelo BC. No momento da venda do câmbio ao credor, uma taxa poderia recair sobre a operação, como forma de apropriação do desconto por parte do governo.

O Ministério da Fazenda e a diretoria da Área Externa do BC estão particularmente preocupados com a conversão informal que representa o pagamento em cruzados da dívida externa.

Uma empresa nacional com filial no exterior ou uma multinacional consegue reciclar seu "caixa dois" quando compra antecipadamente uma dívida dentro do País, manda os dólares para fora e, lá, adquire um novo título de crédito, dando margem a nova operação no sistema da "bicicleta". Mas a conversão informal dá margem também ao que se chama de "nacionalização da dívida externa", uma operação realizada diretamente entre o banco credor original e o devedor dentro do País e onde existe o cancelamento do registro da dívida externa junto ao departamento de Fiscalização e Registro do Capital Estrangeiro (Firce), do BC. Neste caso, também pode haver a remessa de dólares para o exterior através do paralelo, mas a operação é uma só, e não se multiplica.

O governo não pretende inviabilizar as operações de conversão realizadas por filiais brasileiras no exterior ou por multinacionais para proveito da própria empresa. Este é, por exemplo, um caso que vem acontecendo com companhias aéreas brasileiras que obtêm recursos em moeda estrangeira no exterior com a venda de passagens aéreas e que, aproveitando-se do desconto da dívida, compram títulos de crédito lá fora para receber, internamente, os cruzados do devedor interessado em quitar seu compromisso antecipadamente.